

Dívida Social e Megaeventos Esportivos Quem paga a conta da Copa 2014 e das Olimpíadas 2016?

Alessandro Biazzi – PACS

Estão previstos para os próximos anos no Brasil, e para a cidade do Rio de Janeiro em particular, uma série de megaeventos esportivos: os Jogos Mundiais Militares de 2011, a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Esses espetáculos são vendidos mundialmente como geradores de benefícios econômicos e públicos às cidades-sede. Na retórica de agentes governamentais, empresas de comunicação e das aristo/burocracias esportivas internacionais, como o COI e a FIFA, os eventos constituem oportunidades históricas para a transformação das cidades e para qualidade de vida de seus habitantes.

Os promotores da política de desenvolvimento associada à realização de megaeventos invocam sempre as Olimpíadas de Barcelona, de 1992, como modelo dessas virtudes. De fato, as experiências internacionais

demonstram que o “efeito Barcelona” é uma exceção, e não a regra do que se sucede como as cidades receptoras desses grandes eventos. O alto endividamento público, remoções de comunidades, benefícios desiguais, corrupção, superfaturamento, praças esportivas inutilizadas, militarização do espaço urbano e no todo, promessas não cumpridas, compõem uma realidade que não aparece nas propagandas.

Os impactos públicos se sobrepõem historicamente aos ditos “legados olímpicos”, temporários e apropriados por uma minoria. A recente experiência dos Jogos Pan Americanos de 2007, no Rio de Janeiro, é um exemplo do fracasso social e urbano da associação feita entre megaeventos e uma política de desenvolvimento democrática e sustentável. É urgente o questionamento na sociedade brasileira dessa lógica irresponsável que cria expectativas em parte da população quanto a mudanças em seu cotidiano no espaço urbano.

Quem se beneficia e quem perde na conversão desses eventos em “prioridades públicas”? Os investimentos estão voltados para solucionar a dívida social existente com as populações marginalizadas nas cidades ou atender grandes empresas? Os gastos comprometem o orçamento

público com investimentos sociais? O que será feito dos estádios após as competições?

O objetivo deste texto é levantar esse debate para a população, além de informar sobre os impactos sociais e das dívidas, a partir das últimas experiências internacionais de Olimpíadas, do Pan de 2007 e do que está previsto para o RIO 2016.

Mega eventos esportivos internacionais e a geração de dívidas sociais e financeiras

“Os 6 Bilhões de Dólares das Olimpíadas de Inverno Vancouver 2010 continuam crescendo, com mudanças no orçamento e transferências ocultas. As cidades sedes acumulam grandes dívidas: os Jogos de Montreal 1976 só se pagaram em 2006; Calgary (Canadá) acumulou uma dívida de 910 milhões; Barcelona-92, 1,4 bilhões em dívidas; Sydney-2000 2,3 bilhões em dívidas. [...] As Olimpíadas são um custoso circo das corporações (durante uma crise econômica) que vai custar a todos nós nos próximos anos”
<http://olympicresistance.net/>

O alerta é da rede de cidadãos resistentes às Olimpíadas de Inverno-2010, em Vancouver, Canadá, que se organizaram para questionar os impactos sociais dos jogos, como o corte de 100 mil árvores, a invasão de terras indígenas, a militarização do espaço urbano e os custos financeiros a serem pagos pelos contribuintes. Cabe lembrar que os Jogos de Verão em Montreal-1976, também no Canadá, ficaram conhecidos mundialmente pela dívida gerada com a construção e manutenção de um estádio olímpico. Ele foi apelidado de *The Big Owe*, o que significa “a grande dívida”.

Os Gregos, que vivem uma grande crise da dívida - 295 bilhões de Euros, 20% a

mais do que o PIB do país- atribuem aos custos de realização das Olimpíadas, em 2004, boa parte de seus problemas atuais. Por lá não se concretizou o dito “efeito Barcelona” no incremento do turismo. Ao contrário, os custos de manutenção de quase vinte praças esportivas subutilizadas ou mesmo abandonada penalizam o orçamento público.

Na China, o Estádio “Ninho do Pássaro”, das Olimpíadas de Pequim-2008, jaz hoje como “Elefante Branco”, sem receber eventos ou competições esportivas. Estima-se que os chineses gastaram pouco mais de 40 bilhões de dólares nos jogos mais caros da história e caracterizado pelo alto grau de remoções da população. A organização internacional “*Centre on Housing Rights and Evictions*” (COHRE) destaca em seus relatórios que mais de dois milhões de pessoas foram deslocadas e expulsas de onde viviam nos últimos 20 anos em função da realização dos Jogos Olímpicos.¹

Os números e estatísticas evidenciam não apenas gastos governamentais e dívidas financeiras abstratas, mas impactos concretos na vida dos habitantes com a realização dos megaeventos. Suas conseqüências são diretas à população pobre, removida e criminalizada, e também indiretas, ao desvirtuarem e comprometerem o orçamento público - o dinheiro do povo.

Neste sentido, é que devemos denunciar os megaeventos esportivos e seus promotores, em solidariedade aos movimentos e redes internacionais, como geradores de dívidas sociais. Além disso, é preciso questionar a falsa associação de que megaeventos esportivos lidam com soluções, ou

¹ <http://www.cohre.org/mega-events-report>

mesmo são soluções, para problemas sociais vividos no espaço urbano.

A experiência brasileira com os megaeventos esportivos: Pan 2007 e a candidatura RIO 2016

Antes do PAN 2007, o Brasil foi sede de dois eventos esportivos: a Copa do Mundo de 1950 e os Jogos Pan-americanos de São Paulo, em 1963. Com a exceção da construção do Maracanã no Rio de Janeiro e da Vila Olímpica, doada posteriormente à Universidade de São Paulo, não foram realizadas grandes intervenções. Nessa época, não se associava ainda a realização desses eventos à ideologia de desenvolvimento urbano.

A idéia de realizar as Olimpíadas no Brasil não partiu inicialmente de uma política nacional de esportes, mas da vontade local de governantes da cidade do Rio de Janeiro, que viram no olimpismo uma oportunidade para negócios privados, investimentos e como forma de resgatar a auto-estima da população, em meio a sensação de caos urbano. Neste contexto, o Comitê Olímpico Brasileiro (COB) se casa a interesses locais, em que realizar as Olimpíadas no Rio de Janeiro se torna uma prioridade, acima inclusive, de uma possível política de esporte baseada em melhorias de longo prazo, tão desejadas por atletas que convivem com condições precárias de treino e remuneração.

No entanto, o Rio de Janeiro não se classifica para a fase final da disputa entre as quatro cidades candidatas às Olimpíadas de 2004 e 2012. Então, o COB e a Prefeitura da cidade sob a gestão de Cesar Maia (2000-2008) optam em candidatar a cidade para os Jogos Pan Americanos de 2007. Esse pretendia ser o mais grandioso evento panamericano da história, prevendo além de modernas instalações

esportivas, transformações na infraestrutura urbana e uma agenda social. Apesar do sucesso midiático no que se tange às competições e aos espetáculos das cerimônias de abertura e encerramento, pode-se afirmar que os Jogos foram fracassados nos objetivos de prover um legado para a cidade. Foram excessivos gastos públicos e extensas irregularidades.

O relatório do Tribunal de Contas da União (TCU) de setembro de 2008² aponta que os gastos totais, inicialmente previstos em aproximadamente 400 milhões de reais em 2001, chegaram ao patamar de cerca de 3,3 bilhões de reais. O orçamento apresenta vácuos e irregularidades significativas na prestação de contas do Ministério do Esporte, que acabou arcando com a maior parte dos custos dos jogos fruto da falta de planejamento do Comitê Organizador e da ausência de recursos da Prefeitura do Rio. Dentre estes problemas, destacam-se o aumento dos preços das obras em função dos atrasos que atingiram quase todas as instalações; o alto custo total para estadia de cada atleta nos jogos, estimado pelo TCU em R\$ 1137 por dia, muito superior às diárias previstas de R\$ 600 nos luxuosos hotéis da Barra da Tijuca que hospedaram dirigentes e vários indícios de superfaturamento.

No âmbito da gestão urbana, obras tidas como chave como o metrô para a Barra da Tijuca e a despoluição das lagoas não foram realizadas, sendo insignificante o legado para a cidade. De fato, depois que os jogos ocorreram, parte da mídia comercial e também o relatório do TCU, apontaram algumas das críticas no que se refere às intervenções urbanas levantadas pelo movimento de resistência ao Pan-

² Disponível em http://portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/imprensa/noticias/noticias_arquivos/Pan.doc

americano, o Comitê Social do Pan. Entre as mais relevantes cabe destacar a privatização do maior centro de convenções da cidade, o RIOCENTRO, por preço subvalorizado; as ameaças de remoção de comunidades e a falta de qualquer política habitacional; a tentativa de construção de um Shopping Center no Estádio de Remo da Lagoa, descaracterizando seu uso esportivo; a construção de uma garagem para barcos na Marina da Glória em um local tombado pelo Patrimônio Histórico Nacional; as intervenções no entorno do Autódromo Nelson Piquet, que teve sua pista original descaracterizada; e o aproveitamento elitista da Vila do Pan, financiado com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), destinado para projetos populares. No caso, a Vila se transformou em um condomínio de apartamentos de classe média alta, construído em um terreno altamente problemático em termos de solo e infraestrutura circundante.

Diante desses fatos controversos, foi com surpresa que integrantes de movimentos e organizações sociais receberam a candidatura e a posterior vitória do Rio para as Olimpíadas de 2016 por parte de membros do COI. Na primeira análise das condições das cidades para realizar o evento, o Rio de Janeiro ficou apenas em quinto lugar. A cidade só pôde alcançar a fase final da disputa junto a Tóquio, Madrid e Chicago devido a negação da candidatura de Doha, Emirados Árabes, em realizar os jogos em julho, coincidindo com o calendário religioso muçulmano. O diferencial da candidatura do Rio de Janeiro para 2016 foi o maior empenho do governo federal em construir uma estratégia diplomática para garantir os votos e, principalmente, arcar com grande parte dos custos dos investimentos. Fazendo uma comparação proporcional, a candidatura do Rio foi a mais cara e a

que mais contou com recursos públicos em meio ao contexto de crise internacional.

O gasto comprometido com as Olimpíadas 2016 é 28,8 bilhões de reais em estádios e obras de infraestrutura. Ou seja, oito vezes o valor do PAN 2007. O projeto tem outras semelhanças com o do evento de 2007, focado na região nobre da Barra da Tijuca e no transporte rodoviário, agora com as linhas de ônibus BRT. Porém, a rediscussão do preço das tarifas, uma das maiores da América Latina, não figura na agenda política. Em relação às instalações construídas, todas elas precisaram passar por reformas para atender os critérios de público e segurança exigidos pelo COI. Em nenhuma delas existe uma política clara sobre sua destinação posterior. Além das arenas a serem reformadas ou construídas, estão previstos ainda um centro de mídia e uma outra Vila Olímpica sob os mesmos moldes de financiamentos públicos com recursos do FAT para benefícios privados, totalmente dissociada de uma política habitacional popular.

Remoções de comunidades também estão planejadas. A mais ameaçada até o momento é a comunidade de Vila Autódromo, que circunda a região de competições. Ela simplesmente NÃO existe nos mapas do projeto de candidatura apresentado ao COI, demonstrando o total descompromisso do projeto atual com as demandas de cidadania e justiça social na cidade.

A demonstração mais evidente desse descaso e do que os agentes governamentais entendem como prioridade social veio do presidente da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro, o Senhor Jorge Picciani. Diante da precariedade do sistema de trens e metro na cidade do Rio de Janeiro - com constantes atrasos, superlotações

e denúncias dos cidadãos - a demanda política de se abrir uma investigação parlamentar na câmara estadual foi vetada por ele da seguinte forma: “Não se pode, a qualquer custo abrir uma CPI num momento em que o Rio vai receber a Copa do Mundo e as Olimpíadas. Os investidores não podem se sentir inseguros”.³

A lógica colocada é clara: Os investidores estão acima dos cidadãos e os critérios do COI são mais importantes do que em seu cotidiano não tem muita dificuldade para visualizar a barbárie escondida das imagens. Em uma cidade carente de habitação, se constrói uma Vila Olímpica para a classe alta e se removem favelas; se investe em estádios, mas são os hospitais que permanecerão lotados. Ou seja, se endivida o poder público para atender interesses privados e a dívida social com a população é silenciada.

Esse é o modelo de cidade que se vislumbra internacionalmente na promoção de megaeventos esportivos e que se coloca hoje para a população brasileira. É preciso resistir, denunciar e agir em cada espaço - local, estadual, nacional e global- para que eventos de menos de 20 dias não se sobreponham a real transformação das condições da vida da população de toda a cidade.

3

<http://oglobo.globo.com/rio/mat/2010/02/04/presidente-da-alerj-veta-cpis-para-investigar-metro-trem-agencia-reguladora-dos-transportes-915790318.asp>



Ilustrações: liana brasil



Endereço: Av. Rio Branco, 277 - sala 1609
- Centro - Rio de Janeiro/RJ
CEP.: 20040-009 - Telefax: 55 21 2210-2124

Caixa Postal: 7508 CEP: 20241- 970

Sítio: www.pacs.org.br

Cor. Eletr. pacs@pacs.org.br

Associada à ABONG – Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais - desde 1991
Utilidade Pública Federal – Portaria nº 2.476, de 17 de dezembro de 2003 – Diário Oficial da União de 18/12/2003.
Utilidade Pública Estadual – Diário Oficial de 02/06/2003 – Lei nº 4.108.
Utilidade Pública Municipal – Diário da Câmara Municipal do Rio de Janeiro de 13/09/2004 – Lei nº 3832 de 09/09/2004
Inscrição nº 620 no Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, processo nº 08/015202/03, publicado no Diário Oficial do Município de 28/10/2003.

Quem somos

Criado em 1986, no Rio de Janeiro, o Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul – PACS é uma instituição sem fins lucrativos dedicada à assessoria eco-social e à ação educacional em colaboração com os movimentos sociais.

Objetivo

Nosso objetivo é contribuir para o autodesenvolvimento humano e para a construção de uma opinião pública crítica e criativa, capaz de cobrar a promoção e a implementação de políticas públicas transformadoras, participantes, tecnicamente competentes, desde o nível municipal, nacional e global.

Metodologia

Fundamentados na Metodologia da Práxis trabalhamos com pessoas e organizações, no intuito de fortalecê-las individual e coletivamente para que se tornem sujeitos de sua própria história e de seu autodesenvolvimento. Nossas ações se desenvolvem em duas dimensões simultâneas: uma local, imediata, e a outra nacional, global e mediata.

Atividades

Pesquisas, análises e reflexão crítica, sob a forma de publicações, programas de rádio e audiovisuais; elaboração de propostas e políticas alternativas e projetos de desenvolvimento; assessorias e atividades educativas com movimentos sociais, ecumênicos e prefeituras entre outros; participação em redes regionais e internacionais.

Os parceiros

CHRISTIAN AID (Reino Unido)
TRÓCAIRE (Irlanda)
Fundação para o Progresso Humano - FPH (França e Suíça)
Ação Quaresmal (Lucerna, Suíça)
SCIAF (Escócia)
DKA – Dreikönigsaktion der Katholischen Jungschar (Áustria)
Pão pra o Mundo (Alemanha)
Appleton Foudation (EUA)
Fundación para la Noviolencia (EUA)
Fundação Rosa Luxemburgo (Alemanha)